

AValiação da Certificação FSC no Estado do Acre - Retorno dos Resultados aos Comunitários

AValiação das Percepções dos Comunitários sobre os Impactos da Certificação Socioambiental em 2009

Resumo

Em 2007, foi realizada uma pesquisa independente para avaliar os principais impactos da certificação FSC em comunidades que praticavam o Manejo Florestal Comunitário madeireiro no estado do Acre. A equipe de pesquisa era formada por pesquisadores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, profissionais da Entropix Engenharia e contou com o apoio da Secretaria de Florestas do Estado do Acre.

Em 2009, a equipe retornou às comunidades estudadas, como previsto no projeto original, para dar um retorno sobre os resultados e conclusões da pesquisa, que poderiam servir como fonte de informações na tomada de decisão dessas associações.

O método de avaliação de impacto utilizado no estudo de 2007, descrito posteriormente, preveu a realização de entrevistas com comunitários de associações certificadas e não-certificadas. Em 2009, a equipe retornou às 6 comunidades visitadas em 2007 (4 certificadas e 2 não-certificadas), realizando oficinas participativas em cada uma delas.

Nessas oficinas a percepção dos comunitários sobre os impactos da certificação em 2009 foi coletada para cada variável analisada no estudo anterior. Essas percepções foram comparadas aos resultados de 2007 permitindo uma reflexão dos comunitários quanto a ação exclusiva da certificação socioambiental sobre sua comunidade.

Como resultado dessas oficinas, a equipe pode confirmar as principais conclusões da avaliação realizada em 2007, reconhecendo impactos positivos significativos da certificação socioambiental, no entanto, reafirmando o impacto reduzido que ela acarreta na região, devido ao trabalho de outras instituições no sentido de promover o manejo florestal comunitário sustentável.

Os comunitários reconheceram a importância do retorno da equipe para demonstração dos resultados nas associações e, no geral, assim como a equipe de pesquisa, avaliaram satisfatoriamente a oficina.

Para que os impactos da certificação socioambiental sejam maiores no MFC no estado do Acre, a equipe recomenda algumas alternativas: o conhecimento do trabalho de ONGs e governo na região, identificando objetivos comuns e priorizando ações exclusivas; trabalhando para o maior reconhecimento da certificação FSC de madeira no mercado interno brasileiro; e incentivando a estruturação e gerenciamento da comercialização da produção de madeira nessas comunidades.

Equipe independente de pesquisa (2009):

Gerd Sparovek, eng. Agrônomo (1983) pela Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), professor associado do Departamento de Ciências do Solo da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Coordenação Geral. Esalq/Usp.

Rodrigo Fernando Maule, eng. Agrônomo (1994) e MSC (1999) pela Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq). Diretor da

Entropix Engenharia. Coordenação Operacional. Entropix Engenharia.
Ana Carolina Barbosa de Lima, eng. Agrônoma (2006) pela Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq). Responsável técnica e execução de campo. Entropix Engenharia.
Douglas Souza Pereira, Cientista dos Alimentos (2008) pela Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq). Responsável técnico e execução de campo. Entropix Engenharia.

A avaliação:

Em 2009, como retorno da avaliação de impacto da certificação FSC sobre o Manejo Florestal Comunitário madeireiro foram realizadas 6 oficinas para divulgação dos resultados nas comunidades estudadas. As percepções dos comunitários sobre os impactos da certificação em 2009 foram coletadas e comparadas ao resultado da avaliação realizada em 2007.

Resultados:

Houve a confirmação de que os impactos da certificação FSC na região foram reduzidos devido a ação de instituições governamentais e ONGs com objetivos semelhantes. No entanto, 3 impactos positivos significativos foram confirmados em todas as associações certificadas: medidas de proteção a fauna relacionadas a caça, destino do lixo nas colocações e número de treinamentos relacionados ao manejo florestal realizados na comunidade.

Os comunitários reconheceram a importância do retorno dos resultados de pesquisas na comunidade e demonstraram satisfação com a realização da oficina de retorno.

Principais recomendações:

Ação da certificadora com conhecimento do trabalho de ONGs e governo na região, identificando objetivos comuns para priorizar ações exclusivas dentro dos princípios da certificação socioambiental FSC.

Incentivar a estruturação e gerenciamento da comercialização da produção de madeira nessas comunidades.

Voltar esforços para um maior reconhecimento da certificação FSC de madeira no mercado interno brasileiro.

Introdução

No início de 2007, em parceria com a Secretaria Estadual de Florestas (SEF), uma equipe de pesquisadores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” e da Entropix Engenharia Ltda. foi formada para avaliar os impactos da certificação socioambiental FSC em comunidades extrativistas do estado do Acre.

As comunidades certificadas selecionadas estavam localizados em áreas de projetos de assentamentos agroextrativistas (PAE) e eram formadas, em sua maioria, por comunitários com histórico baseado na atividade seringueira. As áreas em que os seringueiros foram assentados são chamadas de “colocações”, e apesar de originalmente a atividade desses comunitários ser a retirada do látex, é comum a extração de castanha, açaí entre outros produtos não madeireiros. O manejo florestal comunitário madeireiro foi iniciado recentemente, há menos de 10 anos, com o intuito de preservar os recursos

florestais dessa região e oferecer uma alternativa de renda. Os comunitários que aderiram a prática do MFC são chamados de manejadores.

A relevância da avaliação de impacto da certificação socioambiental de madeira estava baseada na ausência de método para avaliar tais impactos e na necessidade de conhecimento dos reais efeitos da certificação para direcionar a ação dos comunitários, ONGs, governo e outras instituições.

O método proposto, a avaliação de impacto, foi utilizado com sucesso e demonstrou os impactos da certificação socioambiental no Manejo Florestal Comunitário (MFC) madeireiro no estado do Acre, considerando a complexidade desse contexto.

A próxima etapa desse estudo previa o retorno dos resultados obtidos e avaliação dos mesmos junto aos comunitários, com posterior discussão da situação atual da certificação nessas comunidades. Esse estudo foi executado em 2009 e seus resultados estão discutidos a seguir, após uma breve explicação do estudo anterior.

O método utilizado em 2007

Avaliação de Impacto: a Avaliação de Impacto prevê a identificação das conseqüências de um tratamento sobre uma ou mais variáveis que sofreram seu efeito. No caso da Avaliação de Impacto da certificação socioambiental sobre o MFC madeireiro no estado do Acre, o tratamento consistiu na certificação socioambiental, sendo os comunitários certificados os beneficiários do tratamento. A amostra controle abrangeu um conjunto de comunitários que realizavam o manejo florestal madeireiro e não eram certificados, mas comparáveis a estes (pareados). As diferenças entre o tratamento (comunitários certificados) e o controle (comunitários não-certificados) foram atribuídas ao tratamento (certificação).

Para assegurar a qualidade e os pressupostos da avaliação de impacto, dois aspectos foram fundamentais: i) a semelhança entre empreendimentos florestais comunitários e; ii) a existência de empreendimentos florestais comunitários semelhantes, porém não-certificados.

Os quatro critérios de semelhança entre os empreendimentos considerados foram: i) a realização do manejo florestal comunitário; ii) a exploração da madeira, como principal produto, no manejo florestal; iii) a organização fundiária em Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); iv) o padrão de certificação utilizado: Padrão FSC para Manejo de Floresta Natural em Terra Firme na Amazônia.

Principais variáveis de resultado analisadas: preservação ambiental, qualidade de gestão da associação, uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e renda com a produção de madeira.

O método utilizado em 2009

Entre os dias 01 e 15 de julho de 2009, uma equipe formada por profissionais da ESALQ e Entropix fez contato com as associações do estudo realizado em 2007 e conduziu 6

oficinas participativas utilizando um painel simplificado, listando os principais itens analisados na avaliação de impacto.

Após uma breve apresentação, em cada oficina, os comunitários foram convidados a avaliar os aspectos descritos no painel (tabela 1), de forma qualitativa, indicando sua percepção quanto a influência da certificação em cada questão; ou seja, se haveria diferença entre a resposta de manejadores de madeira certificada e não-certificada.

Os itens avaliados foram representados por desenhos e analisados pelos comunitários através do uso de símbolos para impacto positivo (☺), negativo (☹), ou sem impacto (☺). Os profissionais conduziram essa atividade com uma linguagem adaptada ao contexto dos comunitários, para cada questão, as perguntas utilizadas nos questionários originais foram colocadas para os comunitários, que deveriam opinar sobre qual seria a resposta da maioria dos manejadores de madeira certificada e não-certificada. Através dessas percepções de diferença ou igualdade, poderiam marcar, respectivamente, o impacto positivo ou negativo e a ausência de impacto.



Figura1: utilização do painel simplificado em oficina

Após essa atividade, os resultados encontrados pela equipe em 2007 foram mostrados num cartaz, no mesmo formato avaliado pelos comunitários. Sendo assim, eles puderam comparar suas percepções com os resultados encontrados no estudo em si, realizado em 2007.

Posteriormente, os comunitários discutiram os pontos que identificaram como mais importantes e foram direcionados a responder uma pergunta final, avaliando se, de modo geral, a certificação fez ou não diferença significativa em sua comunidade.

Finalmente, os comunitários fizeram uma breve avaliação da oficina e a publicação elaborada em 2008 foi entregue para o presidente de cada associação.

Resultados e discussão

A atividade proposta pela equipe de pesquisa para os comunitários envolvia a percepção dos memos quanto ao MFC em outras localidades, fundamentalmente diferenciado apenas na questão da certificação FSC. Sendo assim, as respostas nem sempre foram unânimes (tabela 3), pois eram resultado de um exercício delicado para os manejadores que não conheciam outras associações que comercializavam a madeira certificada ou não.

No próximo item estão relacionadas as respostas da maioria dos comunitários de cada associação e a compatibilidade dessa percepção com os resultados encontrados em 2007, todos dispostos no mesmo formato.

A discussão desses resultados segue considerando a concordância entre os comunitários sobre cada variável analisada. Posteriormente são abordados os resultados da variável comercialização considerando a evolução das atividades da COOPERFLORESTA, cooperativa de comercialização de madeira certificada, que engloba as quatro comunidades certificadas estudadas.

Finalmente foram discutidas as avaliações realizadas em cada comunidade, relacionadas a relevância do tema certificação e a qualidade da oficina ministrada.

Percepção dos manejadores de associações certificadas

A tabela 1 mostra os resultados encontrados nas quatro associações certificadas visitadas. Para cada variável foi considerado o resultado mostrado pela maioria dos comunitários presentes em cada oficina. As associações foram representadas por códigos (CA, CB, CC e CD) afim de manter a confidencialidade dos dados coletados. Os resultados do estudo realizado em 2007 foram representados na coluna de letra R.

Estavam presentes nas oficinas 11 manejadores da associação CA, 9 manejadores da associação CB, 11 manejadores da associação CC e 9 manejadores da associação CD. Esses manejadores haviam praticado o manejo florestal pelo menos uma vez.

Tabela 1: Comparação dos dados coletados em 2009 e 2007 em associações certificadas

Variável analisada	CA	CB	CC	CD	R
1. Conhecimento sobre plano de manejo	😊	😊	😊	😊	😊
2. Conhecimento sobre POA	😊	😊	😊	😊	😊
3. Acompanhamento do trabalho na UM	😊	😊	😊	😊	😊
4. Registro da produção	😊	😊	😊	😊	😊
5. Reconhecimento da APP na UM	😊	😊	😊	😊	😊
6. Desejo de substituição da floresta	😊	😊	😊	😊	😊
7. Conhecimento sobre Plano de utilização do PAE	😊	😊	😊	😊	😊
8. Número de cabeças de gado	😊	😊	😊	😊	😊
9. Caça	😊	😊	😊	😊	😊
10. Medidas de proteção a fauna relacionadas a caça	😊	😊	😊	😊	😊
11. Denúncias de crimes ambientais	😊	😊	😊	😊	😊
12. Desmatamento dentro do PAE	😊	😊	😊	😊	😊
13. Fogo dentro do PAE	😊	😊	😊	😊	😊
14. Lixo dentro do PAE	😊	😊	😊	😊	😊
15. Conflitos fundiários	😊	😊	😊	😊	😊
16. Presença em reuniões do grupo de manejo	😊	😊	😊	😊	😊
17. Envolvimento em reuniões do grupo de manejo	😊	😊	😊	😊	😊
18. Destino do lixo na colocação	😊	😊	😊	😊	😊
19. Uso do fogo para cultivo agrícola (mata bruta ou capoeira)	😊	😊	😊	😊	😊
20. Número de treinamentos realizados	😊	😊	😊	😊	😊
21. Uso de EPI na UM	😊	😊	😊	😊	😊
Compatibilidade de 2009 com resultados de 2007 (C09)	73%	62%	41%	62%	-

Variáveis com concordância total dos comunitários (VCo)	48%	19%	24%	24%	-
Porcentagem de variáveis identificadas como sem impacto	86%	24%	48%	24%	-

CA,CB,CC e CD: associações visitadas; 😊: impacto positivo da certificação na percepção dos comunitários, 😐: ausência de impacto da certificação na percepção dos comunitários, 😞: impacto negativo da certificação na percepção dos comunitários.

Os principais aspectos analisados na avaliação de impacto de 2007 estão listados na tabela 1. Foram avaliadas 21 variáveis, pois o impacto da certificação sobre a comercialização e a renda não foi analisados devido a ausência de dados na época. No entanto, a equipe coletou as percepções dos impactos da certificação sobre essas variáveis no estudo de 2009 que estão abordados no item comercialização.

Resultados do estudo de 2007

A certificação FSC teve um impacto menor do que o esperado nas comunidades estudadas em 2007.

Entre as 21 variáveis listadas, apenas 8 mostraram um impacto positivo da certificação no estudo de 2007. Nas outras variáveis, houve ausência de impacto.

Para a maioria das variáveis, esse fato foi baseado na presença de diversas instituições atuando no manejo florestal na região com objetivos similares aos da certificação. Entre essas instituições estavam envolvidos governo e ONGs nacionais e internacionais.

Para as outras, a ausência de diferenciação resultou da limitação de alcance dos impactos da certificação, por exemplo, no caso do lixo, fogo e desmatamento no PAE, houve impacto positivo na UM e na colocação do manejador, sugerindo que a certificação teve alcance limitado aos manejadores certificados e não aos demais moradores do PAE, que não praticam a atividade de manejo florestal.

No entanto, o estudo de 2007 identificou impactos positivos importantes.

Os oito impactos positivos encontrados no estudo de 2007 foram relacionados às seguintes variáveis: conhecimento sobre o plano de manejo; conhecimento sobre o plano de operação anual (POA); conhecimento sobre o plano de utilização do PAE (regras criadas pelos próprios comunitários aprovadas pelo IBAMA); medidas de proteção a fauna relacionadas a caça (entre elas o calendário de caça e não utilizar cães para caçar), denúncias de crimes ambientais, destino do lixo nas colocações, uso do fogo para produção agrícola (utilizar o fogo em capoeira e não em mata bruta para cultivar) e número de treinamentos relacionados ao manejo florestal realizados na comunidade.

Resultados de 2009

Das 4 associações certificadas revisitadas em 2009, uma se destacou quanto a compatibilidade das percepções dos comunitários com os resultados encontrados em 2007. Nessa associação (CA) houve 73% de compatibilidade (16 variáveis das 21). A

equipe acredita que esse resultado reflete o conhecimento que alguns líderes dessa associação tem sobre outras comunidades que praticam o manejo florestal e não são certificadas. Esse conhecimento foi transferido aos associados, pioneiros no manejo florestal e onde o número de manejadores vem crescendo rapidamente a cada ano.

Foi interessante observar que a associação CA reconheceu apenas 3 dos 8 impactos positivos encontrados no estudo de 2007, mostrando que **a maioria dos comunitários está ciente do trabalho de instituições no manejo florestal em outras comunidades, independente da certificação, mas com objetivos similares.**

Essa percepção de ausência de impacto da certificação em algumas variáveis foi reconhecida em todas as associações, no mínimo 24% em duas associações e metade na outra.

No entanto, entre as 4 associações certificadas, apenas 1 variável foi unânime quanto a ausência de impacto, a caça. Em todas as associações os comunitários estavam cientes de que a caça é prática comum, independente da certificação. A caça para subsistência é permitida no plano de utilização dos PAEs aprovado pelo IBAMA

Nas outras associações, o índice de compatibilidade foi um pouco menor 62% e 41%, no entanto, nessas associações (CB, CC e CD) a percepção dos comunitário era de um maior número de variáveis com impactos positivos. Mesmo assim, em uma delas (CC), apenas 4 impactos positivos do estudo de 2007 foram compatíveis com a percepção dos comunitários. Nas outras 2, todos os impactos positivos encontrados no estudo de 2007 foram reconhecidos nas percepções dos participantes.

Os **resultados unânimes** da análise das variáveis na percepção da maioria dos manejadores nas 4 associações certificadas em 2009 também foram compatíveis com o encontrado no estudo de 2007. Foram 3 impactos positivos (medidas de proteção a fauna relacionadas a caça, destino do lixo nas colocações e número de treinamentos relacionados ao manejo florestal realizados na comunidade) e 1 ausência de impacto (caça, ou seja, comunitários pertencentes a associações certificadas ou não-certificadas praticavam a caça).

Percepção dos manejadores de associações não-certificadas

Do mesmo modo que na tabela 1 para as associações certificadas, a tabela 2 mostra os resultados encontrados nas duas associações não-certificadas visitadas. Para cada variável, foi considerado o resultado mostrado pela maioria dos comunitários presentes nas oficinas. As associações foram representadas por códigos (NCE e NCF) afim de manter a confidencialidade dos dados coletados. Os resultados do estudo realizado em 2007 foram representados novamente na coluna de letra R.

Estavam presentes nas oficinas 9 manejadores da associação NCE e 10 manejadores da associação NCF. Esses manejadores haviam praticado o manejo florestal pelo menos uma vez.

Tabela 2: Comparação dos dados coletados em 2009 e 2007 em associações não-certificadas

Variável analisada	NCE	NCF	R
1. Conhecimento sobre plano de manejo	😊	😊	😊
2. Conhecimento sobre POA	😊	😊	😊
3. Acompanhamento do trabalho na UM	😊	😐	😐
4. Registro da produção	😊	😊	😐
5. Reconhecimento da APP na UM	😐	😊	😐
6. Desejo de substituição da floresta	😐	😐	😐
7. Conhecimento sobre Plano de utilização do PAE	😐	😊	😊
8. Número de cabeças de gado	😐	😊	😐
9. Caça	😐	😐	😐
10. Medidas de proteção a fauna relacionadas a caça	😐	😊	😊
11. Denúncias de crimes ambientais	😐	😊	😊
12. Desmatamento dentro do PAE	😊😐	😐	😐
13. Fogo dentro do PAE	😊	😊	😐
14. Lixo dentro do PAE	😊	😐	😐
15. Conflitos fundiários	😊	😊	😐
16. Presença em reuniões do grupo de manejo	😐	😊	😐
17. Envolvimento em reuniões do grupo de manejo	😐	😊	😐
18. Destino do lixo na colocação	😊	😐	😊
19. Uso do fogo para cultivo agrícola (mata bruta ou capoeira)	😊	😐	😊
20. Número de treinamentos realizados	😊😐	😊	😊
21. Uso de EPI na UM	😊	😊	😐
Compatibilidade de 2009 com resultados de 2007 (C09)	48%	52%	-
Variáveis com concordância total dos comunitários (VCo)	33%	14%	-

NCE e NCF: associações visitadas; 😊: impacto positivo da certificação na percepção dos comunitários, 😐: ausência de impacto da certificação na percepção dos comunitários, 😞: impacto negativo da certificação na percepção dos comunitários, 😊😐: metade dos comunitários com percepção de impacto positivo e a outra metade de ausência de impacto da certificação.

A tabela 2 mostra que **os comunitários não-certificados, apesar de não estarem familiarizados com a certificação FSC, acreditavam na sua influência** sobre algumas das variáveis listadas.

As associações NCE e NCF apontaram, respectivamente, 10 e 14 impactos positivos. Entre esses, 8 foram iguais para as duas associações (registro da produção, conflitos fundiários, fogo no PAE e uso de EPI na UM), e desses, apenas metade compatível com o estudo (conhecimento sobre o plano de manejo, conhecimento sobre o POA, caça e desejo de substituição da floresta).

Concordância entre os comunitários

Outra análise realizada pela equipe de pesquisa considerou o grau de concordância entre as respostas obtidas dos comunitários (tabela 3). Esse grau de concordância pode indicar a segurança das percepções de cada associação. Analisando os dados da tabela 3, pode-se afirmar que a maior compatibilidade das percepções de associações não-certificadas com o resultado do estudo de 2007, comparado a algumas certificadas foi resultado do acaso.

Partindo do princípio de que as percepções dos comunitários de associações certificadas eram mais “concordantes” e que a atividade proposta foi baseada num exercício de suposição acatando opiniões diversas.

Tabela 3: Número de comunitários discordantes por variável analisada

Total de comunitários discordantes	0	1	2	3	4	5
Associação	Total de comunitários discordantes / variável (porcentagem acumulada)					
Certificada A (11 participantes)	48%	67%	81%	95%	100%	0%
Certificada B (9 participantes)	19%	48%	72%	100%	0%	0%
Certificada C (11 participantes)	14%	24%	43%	53%	72%	100%
Certificada D (9 participantes)	24%	48%	72%	91%	100%	0%
Não-certificada E (10 participantes)	33%	43%	57%	67%	91%	100%
Não-certificada F (11 participantes)	14%	19%	0%	24%	43%	100%

Essa análise de concordância reforçou o argumento de que a associação C1, que obteve o resultado mais próximo ao resultado do estudo de 2007, possuía maior conhecimento sobre a influência da certificação e de outras instituições no MFC, pois em 48% das variáveis (10 de 21) todos participantes tiveram a mesma percepção (respostas unânimes entre os presentes). Ao mesmo tempo, a tabela 4 mostra que todas as 10 variáveis em que a percepção dos comunitários foi unânime estavam de acordo com o estudo de 2007.

É interessante observar que, no geral, as associações certificadas tiveram menos discordâncias nas percepções dos comunitários refletindo seu maior conhecimento sobre a a certificação. Numa das associação não-certificadas (NCF), em mais da metade do número de variáveis, as percepções foram polêmicas com opiniões bastante divididas. Ao mesmo tempo, a associação certificada que obteve a menor compatibilidade com os dados coletados no estudo de 2007 (CC), foi a que apresentou maior discordância na análise entre os comunitários entre todas as certificadas, muito semelhante a uma não-certificada (NCE).

Tabela 4: compatibilidade das percepções unânimes com os resultados de 2007

Total de comunitários discordantes	N0	CR	N1	CR	C09
Associação	Compatibilidade com os resultados do estudo de 2007				
Certificada A	10	100%	4	50%	73%
Certificada B	4	75%	6	50%	62%
Certificada C	3	100%	2	50%	41%
Certificada D	5	20%	5	40%	62%

N: número de variáveis com percepções unânimes, N1: número de variáveis com apenas 1 comunitário com percepção discordante dos demais, CR: compatibilidade com resultados do estudo de 2007, C09: compatibilidade de 2009 com resultados de 2007

Comercialização

Em 2007, a análise dos impactos econômicos foi comprometida pela ausência de algumas informações quanto a comercialização, custos e retorno financeiro, tanto em comunidades certificadas como não-certificadas. Em análise qualitativa, **a equipe verificou um elevado grau de descontentamento quanto à comercialização da madeira e ao retorno financeiro do MFC em 2007**. As razões principais dessa insatisfação para os comunitários certificados foram a dificuldade de acesso ao mercado certificado e a ausência de agregação de valor à madeira certificada.

Uma das associações não-certificadas teve problemas com o descumprimento do contrato de venda pelo comprador, não obtiveram o retorno financeiro esperado e muitas madeiras foram inutilizadas e abandonadas no pátio.

Na época, 3 das 4 comunidades certificadas avaliadas passavam por um período de transição nos trâmites de comercialização da madeira, provocado pela centralização desses processos pela recém criada COOPERFLORESTA. Assim sendo, parte do descontentamento dos comunitários com relação ao retorno financeiro do manejo decorreu desse período transitório, caracterizado por falhas operacionais e gastos gerenciais na cooperativa de comercialização.

Situação da comercialização para associações em 2009

Em 2009, as 4 associações certificadas participavam da COOPERFLORESTA que passou por uma reestruturação.

Desde 2007, houve uma significativa melhora na gestão da cooperativa que assumiu toda a cadeia produtiva (anteriormente a madeira era serrada em instituições governamentais), adquirindo máquinas, uma serraria prestes a ser montada e trabalhando com diferentes estratégias de comercialização, dependentes de seus objetivos e dos contextos de cada associação.

A estratégia é trabalhar com três cenários dependentes da necessidade do momento sem comprometer acordos firmados e futuros. Os cenários considerados são: venda da madeira em tora, na esplanada ou no pátio da serraria, garantindo retorno rápido e capital de giro; venda de parte serrada ou beneficiada, agregando valor a madeira certificada; e beneficiamento através de terceiros de acordo com as vantagens e desvantagens locais.

A cooperativa reconhece que o selo faz pouca diferença no mercado local, que apesar das melhorias, ainda necessita do apoio do Estado para realizar suas atividades e que sem esse apoio não seria interessante trabalhar com madeira certificada nesse momento.

No entanto, A COOPERFLORESTA acredita na certificação e aposta na diferença que ela pode fazer no futuro.

Os principais mercados que a COOPERFLORESTA atinge estão em outros estados que não o Acre, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Atualmente a COOPERFLORESTA não alcança o mercado externo, onde o selo FSC tem maior expressividade. Os principais entraves para atingir esse mercado são a baixa produção em volume/espécie e a altíssima qualidade exigida do processo de manejo e beneficiamento para a madeira certificada. Esses fatores vem sendo trabalhados pela COOPERFLORESTA desde a sua criação, a cada ano o número de manejadores aumenta nas comunidades, e, conseqüentemente, a extração de madeira em volume/espécie. Além

das quatro comunidades estudadas, mais dois grupos da RESEX Chico Mendes fazem parte da COOPERFLORESTA, esses grupos estão no primeiro ano do manejo em processo de certificação.

A qualidade do processo no manejo e beneficiamento vem melhorando ao longo dos anos, com iniciativas de capacitação dos comunitários para o trabalho no MFC e a contratação de empresas idôneas para realizar atividades pertinentes ao manejo.

Nas associações não-certificadas também houve descontentamento com a venda da madeira. Em uma delas o preço foi negociado por hectare manejado e não por volume de madeira, essa negociação revelou-se desvantajosa para a maioria dos comunitários, pois a madeira foi vendida abaixo do preço de mercado. O volume de madeira retirado por hectare pode variar bastante, é dependente do POA e da permissão de órgãos oficiais. Na outra associação não-certificada a comercialização sofreu com a lentidão na liberação da permissão para retirada de madeira, inviabilizando o transporte do produto dentro do PAE (impossibilidade de utilização do ramal na época chuvosa). Os comunitários afirmaram também que a assistência técnica está presente apenas no momento do manejo e o mercado é prejudicado devido a distância do PAE de centros urbanos.

Percepções dos comunitários quanto a comercialização e renda em 2009

Comunitários certificados

As tabelas 5 e 6 mostram as percepções dos comunitários de associações certificadas e controle quanto à influência da certificação nas questões de comercialização e renda. Como descrito anteriormente, essa questão é bastante polêmica entre os manejadores e foi razão do descontentamentos de muitos no estudo de 2007.

Em 3, das 4 associações certificadas estudadas, **os comunitários avaliaram que não houve efeito da certificação com relação à melhorias na comercialização e renda** (tabela 5). Em uma delas, ainda, os comunitários afirmaram que houve impacto negativo na comercialização, única vez em que foi apontado impacto negativo no estudo.

Esse impacto negativo foi justificado pela ausência de agregação de valor na madeira certificada, inicialmente, a principal razão para a adesão dos comunitários. Os comunitários afirmaram ainda que sem o apoio governamental e de ONGs seria financeiramente desvantajoso possuir a certificação.

O manejo florestal comunitário faz parte da política estadual para preservação das florestas tropicais constituindo uma atividade alternativa para os comunitários dos PAEs. Dentro desse contexto, a certificação entra como ferramenta de melhoria contínua nos aspectos socioambientais.

A comercialização e o mercado, no entanto, suportes da ferramenta de certificação, vem sendo lapidados pelos envolvidos no MFC afim de consolidar essa prática e torná-la economicamente viável com os comunitários dominando toda a cadeia produtiva com segurança.

Tabela 5: Comparação dos dados de comercialização e renda coletados em 2009 em associações certificadas

Variável analisada	CA	Co	CB	Co	CC	Co	CD	Co
22. Comercialização	☹	100%	☹	78%	😊	91%	☹	55%
23. Renda	☹	100%	😊	100%	😊	73%	☹	55%

CA,CB,CC e CD: associações visitadas; 😊: impacto positivo da certificação na percepção dos comunitários, ☹: ausência de impacto da certificação na percepção dos comunitários, ☹: impacto negativo da certificação na percepção dos comunitários, Co: concordância com percepção da maioria.

Comunitários não-certificados

É interessante observar que os comunitários não certificados possuem uma percepção favorável com relação a certificação. Apesar de não representarem percepções unânimes, **a maioria dos comunitários não-certificados acreditavam que a certificação teria um impacto positivo sobre a comercialização e a renda do manejador** (tabela 6).

Tabela 6: Comparação dos dados de comercialização e renda coletados em 2009 em associações não-certificadas

Variável analisada	NCE	Co	NCF	Co
22. Comercialização	😊	100%	😊	64%
23. Renda	😊	90%	😊	100%

NCE e NCF: associações visitadas; 😊: impacto positivo da certificação na percepção dos comunitários, Co: concordância com percepção da maioria.

Os dados coletados em 2009 mostram que a questão mais delicada dentro desse contexto é a comercialização e diversas medidas vem sendo tomadas nesse sentido pelos comunitários (melhorias na gestão do manejo e aprendizado), pela COOPERFLORESTA (melhorias na gestão da cooperativa, estratégias de comercialização e planejamento futuro) e pelo governo do Estado (assistência e acompanhamento de atividades do manejo e apoio financeiro).

Avaliação nas oficinas de 2009

A avaliação realizada ao final de cada oficina envolvia três questões principais: a percepção geral dos comunitários (apenas os certificados) com relação a influência da certificação, a relevância desse assunto para a comunidade e a qualidade da oficina.

Na primeira questão os comunitários responderam positiva ou negativamente à pergunta: no geral, a certificação fez diferença em sua comunidade?

A resposta positiva para essa pergunta foi unânime em 3 das 4 comunidades estudadas, fazendo jus às percepções apontadas pela maioria na atividade anterior. No entanto, em uma das associações (CB), três comunitários (minoridade) deram uma resposta negativa, justificando que a certificação não influenciou no principal aspecto esperado, a renda dos comunitários. Esses três comunitários reconheciam que do ponto de vista socioambiental, a certificação teve influência sobre diversos aspectos.

As outras suas avaliações foram realizadas em segredo. Os comunitários marcaram suas avaliações, no mesmo formato utilizado anteriormente (😊 - alta/boa, ☹ - média/regular ou ☹-baixa/ruim), e deixaram o papel dobrado num recipiente recolhido pela equipe de pesquisa ao término da atividade.

Nessas duas atividades os comunitários avaliaram a relevância da discussão sobre a certificação em sua comunidade (tabela 7) e a qualidade da oficina ministrada (tabela 8). Como esperado, nas associações certificadas, os comunitários apontaram a certificação como um assunto de alta relevância para a comunidade, pois é uma questão que faz parte das discussões dentro das associações. Nas associações CA e CB, alguns participantes indicaram a relevância da certificação como média (13% em CB) ou mesmo baixa (6% em CA).

Uma possível razão para avaliar a relevância do assunto certificação como média ou baixa foi a presença de comunitários que não haviam praticado o manejo anteriormente (participaram das atividades, mas não foram contabilizados tabelas anteriores) ou que estavam representando um manejador membro da família e ainda não compreendiam as questões do manejo.

Ao mesmo tempo, principalmente no caso das associações não-certificadas, essa avaliação sugere que a certificação não é um assunto relevante para alguns. Muitos ainda possuem pendências burocráticas para viabilizar o manejo florestal em sua área.

Tabela 7: avaliação sobre a relevância da certificação para a associação

Relevância do assunto	Alta	Média	Baixa
CA	94%	0	6%
CB	88%	13%	0
CC	100%	0	0
CD	100%	0	0
NCE	57%	43%	0
NCF	82%	9%	9%

A maioria dos participantes de todas as associações avaliaram a oficina como uma atividade boa, no entanto, em apenas uma das associações essa percepção foi unânime (tabela 5).

Os comentários positivos dos comunitários foram relacionados à aprendizagem trazida pela oficina, a necessidade de mais informações como estas para os manejadores, esclarecimento de questões ligadas a certificação e a vontade de que esse estudo fosse repetido ao longo dos anos.

Novamente, a equipe acredita que algumas análises negativas podem estar relacionadas aos presentes que possuíam pouco entendimento da atividade do manejo, novos manejadores ou representantes de manejadores que não puderam estar presentes. Uma outra possibilidade foi a confusão quanto ao poder da equipe de pesquisa, pois apesar da explicação dos objetivos da oficina e do papel da equipe, alguns comunitários justificaram sua resposta pedindo que a equipe liberasse as licenças do manejo antes da chegada do inverno para não atrasar a retirada de madeira.

Ao mesmo tempo, alguns comunitários justificaram sua avaliação baseados na necessidade de maior antecedência no contato com a associação e realização do estudo na época da retirada de madeira.

Tabela 5: avaliação da oficina realizada em 2009

Qualidade da oficina	Boa	Regular	Ruim
CA	69%	25%	6%
CB	88%	13%	0
CC	100%	0	0
CD	75%	25%	0
NCE	71%	29%	0
NCF	73%	18%	0

Na avaliação da equipe de pesquisa foi identificado um alto grau de interesse e envolvimento dos manejadores nas atividades propostas, tanto nas associações certificadas como não-certificadas.

Alguns elementos de discussão em grupo evidenciaram o envolvimento dos manejadores. Diversos itens eram discutidos pelo grupo em geral, cada um expondo argumentos a favor e contra, ao mesmo tempo, muitos comunitários apontavam que cada um deveria marcar a sua opinião na folha que havia recebido, sem se deixar levar pelas opiniões dos outros associados.



Figura 2: Participantes de duas das oficinas ministradas em 2009

Em alguns momentos a equipe percebeu que os próprios participantes, que haviam entendido bem a natureza da atividade, explicavam para outros associados de forma a esclarecer suas dúvidas na hora de avaliar uma variável.

O fato dos resultados do estudo de 2007 estarem escondidos durante a primeira atividade proposta despertou o interesse dos comunitários sobre as influências da certificação em cada um dos itens e, ao final, todos marcaram os resultados revelados no papel.

Devido a essa percepção de envolvimento e interesse, a equipe ficou bastante satisfeita com a atividade, compreendendo que o objetivo de repassar os resultados do estudo de 2007 foi atingido, ao mesmo tempo, a equipe acredita que esse estudo poderá servir como fonte de informação para decisões das associações envolvidas, como a de certificação ou recertificação da madeira.

A equipe reconhece, no entanto, que os dados de 2007 e 2009 podem não ser compatíveis pois são retratos de diferentes momentos de cada associação. Novamente, é recomendado que o estudo seja repetido em diferentes momentos para que os efeitos da certificação

possam ser confirmados ao longo do tempo e que ações contextuais transitórias possam ser eliminadas.

Conclusões

Os objetivos da segunda fase do estudo de avaliação de impacto da certificação FSC em comunidades extrativistas do estado do Acre foram cumpridos. O retorno desses resultados para as comunidades envolvidas no estudo era de extrema importância e foi reconhecido pelos comunitários. A avaliação dos comunitários e da equipe de pesquisa apontam para uma satisfação com relação ao retorno dos resultados e da oficinas.

O estudo de 2009 permitiu a equipe de pesquisa confirmar a avaliação feita em 2007, validando 3 impactos positivos compatíveis com a percepção da maioria dos comunitários de todas as associações certificadas envolvidas. Foram eles: medidas de proteção a fauna relacionadas a caça, destino do lixo nas colocações e número de treinamentos relacionados ao manejo florestal realizados na comunidade. As oficinas realizadas nessa segunda fase foram baseadas nas opiniões e percepções dos manejadores, no entanto, demonstraram diversos indícios de confirmação dos resultados de 2007, como a igualdade de percepções em 10 itens analisados na associação com maior tempo de certificação, sendo esses 10 itens compatíveis com o resultado do estudo de 2007.

Ao mesmo tempo foi verificado um número significativo de variáveis em que os comunitários certificados tinham uma percepção de ausência de impacto, no mínimo 24% em duas associações, chegando a 48% e 86% nas outras duas.

Diante desses resultados, ficou aparente o reduzido impacto da certificação no MFC no Acre, apesar dos significativos impactos encontrados em algumas variáveis no estudo de 2007, 3 confirmados por todas as associações em 2009.

Uma das possibilidades de melhorar os impactos da certificação, contribuindo para que essa ferramenta tenha um diferencial maior na região, seria conhecer as ações governamentais e de ONGs sobre essas comunidades, enfatizando questões dentro dos princípios FSC que não estão entre os objetivos diretos dessas instituições.

O acesso ao mercado continua representando um gargalo para as associações certificadas e não-certificadas, todavia, em 2009, a equipe detectou melhorias expressivas na

Alguns comentários registrados durante as oficinas:

“...entre o grupo certificado há os que não sabem se existem áreas protegidas ou não”,

“o selo pesa na questão da APP”,

“o destino certo do lixo é complicado, tem muita dificuldade”,

“apesar da lei e da certificação, a APP é uma questão de consciência, pois o PAE esta numa área muito seca. A gente tem que conhecer a nossa área e acompanhar as atividades um do outro”,

“Precisamos treinar os novos manejadores e os jovens da associação”,

“... a nota fiscal é um documento muito importante, precisamos saber o volume vendido e o valor pago pela madeira”,

“Sempre acreditei na certificação, vai fazer mais diferença no futuro”.

estruturação da comercialização das associações certificadas através da COOPERFLORESTA.

Essa reestruturação representa um passo importante para a valorização e comprometimento das associações com a certificação socioambiental. Bons resultados financeiros consequentes dessa ferramenta são cruciais para que os impactos positivos sejam maiores e contínuos. O trabalho para o reconhecimento da certificação FSC de madeira no mercado interno representa mais uma alternativa de efeito extremamente vantajoso para a comercialização.

Novamente, para que os impactos da certificação pudessem ser confirmados ao longo do tempo seria necessário avaliá-los em outros momentos no tempo, considerando a mudança no contexto, ou seja, realizando repetições da avaliação realizada em 2007.